



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - DPVAT			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1024/16	DATA: 29/08/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 17h14min	TÉRMINO: 19h15min	PÁGINAS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELMER COELHO VICENZI - Diretor do DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito.  
CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA - Coordenador-Geral de Planejamento Operacional do DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito.

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na concessão do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre — Seguro DPVAT.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Seguro DPVAT.

Encontram-se à disposição dos Srs. membros as cópias das atas da 10ª Reunião Ordinária e da Reunião Extraordinária realizadas no dia 9 de agosto de 2016.

Pergunto se há necessidade de leitura das atas. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Fica dispensada a leitura das atas a pedido dos Deputados Edinho Bez e Vitor Valim.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Peço a atenção dos Srs. membros para informar que a Secretaria da Comissão recebeu os seguintes documentos, entregues pela Seguradora Líder e pela Superintendência de Seguros Privados — SUSEP, em resposta aos requerimentos que foram aprovados pela CPI:

Petição e documentos em resposta ao Requerimento nº 9, de 2016, de autoria do Deputado Marx Beltrão, que solicitou à Seguradora Líder informações sobre processos e respectivos andamentos;

Petição e documentos em resposta aos Requerimentos nºs 52 e 53, de 2016, ambos do Deputado Vitor Valim, com informações sobre as seguradoras que compõem o Consórcio DPVAT e os critérios de escolha dos pontos de atendimento;

Petição e documentos em resposta aos Requerimentos nºs 57 e 62, de 2016, dos Deputados Vitor Valim e Marx Beltrão, sobre médicos e empresas que realizam perícias no âmbito do DPVAT;

Petição e documentos em resposta aos Requerimentos nºs 60, 65 e 66, de 2016, de iniciativa do Deputado Marx Beltrão, que tratam das empresas de auditoria da Seguradora Líder, da contratação das consorciadas e dos pontos de atendimento;



Petição e documentos em resposta ao Requerimento nº 68, de 2016, de autoria do Deputado Marcus Vicente, contendo atos constitutivos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT;

Petição e documentos em resposta aos Requerimentos nºs 54 e 63, de 2016, de autoria dos Deputados Vitor Valim e Marx Beltrão, com informações sobre a assistência jurídica da Seguradora Líder.

A Comissão também recebeu as respostas da SUSEP aos Requerimentos nºs 29, 30, 31 e 41, do Deputado Cabo Sabino, ao Requerimento nº 74, do Deputado Vitor Valim, relacionados aos relatórios de fiscalização da Seguradora Líder.

Encontra-se ainda, na Secretaria da Comissão, a correspondência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em atenção ao Requerimento nº 56, de 2016, proposto pelo Deputado Vitor Valim.

Também recebemos:

O Ofício Gab. nº 98, de 2016, do Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, encaminhando dois ofícios nos quais a Associação Brasileira das Empresas de Assessoria às Vítimas do Trânsito defende a importância dos profissionais e empresas que prestam assessoria no serviço do DPVAT;

Ofício da Liderança do PRB, indicando o Deputado César Halum para a vaga de titular em supervisão ao Deputado Antonio Bulhões;

O Ofício Gab. nº 105, de 2016, do Deputado Luis Tibé, justificando as ausências nas reuniões dos dias 2,8 e 9 de agosto de 2016 em razão de compromissos como Presidente Nacional do PTdoB.

Foram recebidas ainda as respostas aos pedidos formulados pelos Deputados Fernando Francischini, Gorete Pereira, Andres Sanches, Hugo Leal e Vitor Valim na audiência do dia 12 de julho 2016.

Os documentos encontram-se à disposição dos Srs. membros na Secretaria da Comissão.

Passamos à Ordem do Dia.

Audiência pública.

A reunião de hoje conta com a presença da Diretoria do Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN.



Estão presentes o Diretor do DENATRAN, Sr. Elmer Coelho Vicenzi, o Sr. Carlos Magno Oliveira, Coordenador-Geral de Planejamento Operacional do DENATRAN, e o Sr. Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização.

A reunião decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 44 e 45, de 2016, de autoria do Deputado Marcos Rogério.

Solicito a compreensão e a atenção de todos para o tempo destinado à exposição dos convidados e aos debates.

Cada convidado disporá de 20 minutos para proferir sua fala, não podendo haver apartes.

O Relator disporá de até 30 minutos para fazer suas indagações.

O autor do requerimento da audiência disporá de até 10 minutos.

Os Deputados interessados em interpelar o convidado deverão se inscrever previamente e poderão usar da palavra por 5 minutos, podendo haver réplica e tréplica.

Feitos esses esclarecimentos, vamos dar início à audiência.

Convido, para compor a Mesa, os Srs. Elmer Coelho Vicenzi, Carlos Magno Oliveira e Fernando Ferrazza Nardes, da Diretoria do DENATRAN.

Concedo a palavra ao Diretor do DENATRAN, Sr. Elmer Coelho Vicenzi, pelo prazo de 20 minutos.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Boa tarde.

Cumprimento o Presidente desta Comissão, Deputado Marcos Rogério, na pessoa de quem estendo os cumprimentos a todas as autoridades aqui presentes.

É um prazer estar presente nesta audiência pública, contribuindo com os esclarecimentos que se fazem necessários. Quero dizer que o Departamento Nacional de Trânsito está à inteira disposição desta Comissão, de todos os seus membros, para quaisquer esclarecimentos e pedidos adicionais de informações e dados.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou fazer uma breve apresentação, contextualizando a conjuntura em que o DENATRAN se insere, e partir logo em seguida para a questão do DPVAT e como ele é operacionalizado no orçamento do DENATRAN.



O DENATRAN está inserido no Sistema Nacional de Trânsito — SNT, que é composto por diversos órgãos, cujas atribuições nada mais são do que garantir um trânsito seguro, forte e fluido.

O Sistema Nacional de Trânsito é composto de órgãos nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal, sendo que na esfera municipal há um avanço constante e diário para integralização dos Municípios no Sistema Nacional de Trânsito.

O DENATRAN é o órgão máximo executivo e suas atribuições estão previstas no Código de Trânsito Brasileiro, com 29 competências. Apesar de termos 29 competências, eu trago uma informação *interna corporis* da nossa força de trabalho: hoje temos apenas 26 servidores efetivos, frente a 29 atribuições. Contamos também com 11 servidores sem vínculos, totalizando, já com os terceirizados, 118 servidores nessa missão do DENATRAN.

Quero pontuar que o órgão apresenta uma rotatividade de pessoal em média de 20% a 25% ao ano, ou seja, a cada 4 ou 5 anos, o DENATRAN tem uma troca de 100% do seu time, o que impacta na continuidade das suas ações.

Estamos inseridos, no Ministério das Cidades, na Secretaria Executiva, ao contrário de algumas outras Secretarias, que cuidam de outras áreas.

Diante da preocupação com o trânsito, foi tecido um plano nacional de segurança no trânsito, inserindo na Agência Nacional a preocupação internacional, especialmente da ONU, trazendo a preocupação para a década de 2011/2020, cuja meta, traduzida da resolução da ONU, é reduzir em 50% os acidentes no Brasil.

Contudo, temos observado que, a partir de 2011, essas mortes têm uma tendência de alta. O que era para ser reduzido para 50% apresenta uma tendência de alta. Isso nós temos verificado em decorrência de outros fatores, como a evolução da frota de veículos e a questão da evolução da população brasileira.

Pontuando uma comparação com as principais causas de morte no Brasil, temos o acidente de trânsito em oitavo lugar, inclusive na frente de câncer de pulmão, segundo dados trazidos pela revista britânica *The Lancet*.

Adentrando na questão do DPVAT, eu peço escusas antecipadamente por umas questões repetitivas, mas é que são as premissas com que trabalhamos no



DENATRAN e que trazemos para pontuar de onde decorrem os nossos entendimentos e as nossas ações.

O DPVAT é um seguro privado, e, dentro dos marcos legais do DPVAT, eu friso a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 154, que confere à SUSEP a atribuição de auditar e tecer todas as minúcias necessárias para os processos de instrução para operacionalizar o seguro.

Entro os outros marcos legais existentes, eu gostaria de frisar a Portaria Interministerial nº 293, de 2012, firmada entre o Ministério da Saúde, o Ministério das Cidades e o Ministério da Fazenda, que atribui ao BACEN a tarefa de fiscalização da parte de arrecadação e à SUSEP a fiscalização das operações do Seguro DPVAT.

Os repasses do DPVAT entram na Conta Única do Tesouro, sendo para o DENATRAN direcionado 5%, o que ocorre já no momento de recolha do prêmio, o que atualmente coincide com o ato de pagamento do licenciamento do veículo.

O Código de Trânsito é muito claro ao definir o destino das verbas do DPVAT, de maneira que devem ser direcionadas a ações destinadas à prevenção de acidentes de trânsito.

No DENATRAN, essas questões são tratadas dentro do Programa de Governo Mobilidade Urbana e Trânsito, que é o Programa 2048, o qual possui diversas fontes de custeio, sendo uma delas o DPVAT, a Fonte 186.

A Fonte 186 é destinada para duas ações: publicidade e projetos destinados à redução de acidentes. Todos os projetos, por resolução, por normativa do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN, devem ser apresentados ao Conselho para aprovação e, então, operacionalização.

Nós calculamos a estimativa de receita da parte do Governo, então, não só os 5% do DENATRAN, mas também a parte do Ministério da Saúde. E a metodologia utilizada é a frota de veículos automotores do ano anterior, o crescimento da indústria automobilística e a estimativa do crescimento da economia.

Para controlarmos essa arrecadação, utilizamos alguns mecanismos de controle, como os relatórios da Seguradora Líder, o Sistema de Administração Financeiro do Governo Federal — SIAFI e o Sistema de Gestão do Recolhimento da União — SISGRU.



Embora apenas 5% tenham sido destinados ao DENATRAN, os valores têm sido contingenciados. Observamos que esse contingenciamento pode ocorrer em dois momentos: primeiro, no Ministério do Planejamento, pela definição do referencial monetário, quando se constrói a proposta de orçamento para os consequentes; e dentro do próprio ano, nos decretos de limite de empenho.

Dentro do Ministério das Cidades, também ocorre essa acomodação do contingenciamento, na medida em que, uma vez que é passado ao Ministério das Cidades o limite de empenho, é feita uma acomodação para todas as unidades orçamentárias, observando o limite do Ministério.

Pela arrecadação do DPVAT ao longo dos anos, desde 2011, temos observado um corte na dotação inicial para o uso, observando que, já no ano de 2015, foi zero o valor executado, justamente pela questão da acomodação do limite de empenho dentro do ajuste do Ministério e, no ano de 2016, a acomodação já se deu na LOA, e nada foi destinado pela Fonte 186.

Voltando aos outros anos, trago nessa coluna o destino dos recursos. Foram aplicados basicamente em campanhas publicitárias: 2011, 2012, 2013 e 2014, notando-se um corte já, pela tendência de contingenciamento, a partir de 2014.

O IPEA estima um custo anual com acidente de trânsito em torno de 40 bilhões de reais. Somente nas rodovias federais os acidentes somam um custo de 12 bilhões de reais. Estima-se que 70% dos serviços de emergência do País são ocupados por vítimas de acidente de trânsito, e a redução da letalidade dos acidentes representa uma enorme possibilidade de ganho social, tendo a possibilidade de adequação correta do que é previsto em lei.

O DENATRAN apresenta sua proposta orçamentária sempre considerando os recursos que a ele são destinados coordenar. Contudo, temos observado uma série de ações de contingenciamento, não só dos recursos do DPVAT, mas também do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET, o que impede a nossa plena atribuição e atuação de forma muito mais eficaz na redução de acidentes.

Era essa a minha apresentação.

Eu gostaria de agradecer a atenção e de me colocar à disposição.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Agradeço ao Sr. Elmer, Diretor do DENATRAN.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Magno Oliveira, Coordenador-Geral de Planejamento Operacional do DENATRAN.

V.Sa. dispõe de até 20 minutos.

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Boa tarde, senhores.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Marcus Vicente, por intermédio de quem cumprimento todos os Parlamentares. Quero cumprimentar, também o nosso Diretor do DENATRAN, Dr. Elmer Vicenzi.

Bem, a nossa unidade, dentro do DENATRAN, fica responsável por toda a arrecadação do Departamento. Os recursos do DPVAT constituem a maior parcela de arrecadação do DENATRAN. Responde por mais de 50% da nossa arrecadação, ao lado dos recursos do FUNSET, como o Dr. Elmer explicou, que correspondem basicamente a 5% dos valores das multas arrecadadas. São essas as duas principais fontes de receita do Departamento.

É uma receita vinculada, conforme o parágrafo único do art. 78 do Código de Trânsito Brasileiro e, portanto, devemos aplica-la somente em projetos e programas destinados a redução de acidentes.

A participação do DENATRAN em relação ao Seguro DPVAT é apenas ser beneficiário da quota-parte de 5% do prêmio de pagamento realizado pelo proprietário do veículo, lá na ponta.

Entendemos que essa receita é fundamental tanto para o Departamento Nacional de Trânsito como para todo o Brasil, para contribuir na redução de acidentes de trânsito. Mas, como os senhores perceberam, nos últimos anos nós temos enfrentado algumas dificuldades na alocação desses recursos, seja pela dotação do DENATRAN, que tem diminuído muito com a fonte do DPVAT, e, além disso, com as restrições orçamentárias, lógico, em função de todo cenário que nós temos visto.

Temos um controle muito rígido da arrecadação desse recurso, haja vista ser ele o mais importante para o Departamento. Além disso, sua aplicação, nos últimos anos, destinou-se a programas de campanhas publicitárias de utilidade pública. Nós observamos que, enquanto havia a possibilidade, enquanto nós tínhamos



campanhas na mídia, havia uma tendência, uma repercussão do tema “trânsito” entre as pessoas, sobretudo pelo lado da segurança.

Nos últimos 2 anos, nós não realizamos essas campanhas — talvez muitos possam nos perguntar os motivos — exatamente por essa falta de recursos. O Ministério da Saúde recebe uma parcela muito mais significativa: 45% dos recursos. Também há a aplicação desses recursos. Nós percebemos que mais de 70% dos leitos dos hospitais estão ocupados por acidentados de trânsito.

O DENATRAN entende que, se essa receita pudesse ser descontingenciada não na sua totalidade, mas num valor considerável, para podermos aplicar em campanhas de utilidade pública ou mesmo fomentar projetos para a redução de acidentes, nós poderíamos contribuir para reduzir o número de acidentados ocupando os leitos.

Certamente, pelos dados que o Dr. Elmer apresentou, quanto aos gastos que tem o País, ao custo do acidente de trânsito, ao custo anual estimado pelo IPEA, que está em torno de 40 bilhões de reais, se pudéssemos aplicar esses recursos para reduzir o número de acidentes, poderíamos estar contribuindo até mesmo com a redução do déficit público do Governo, uma vez que muitos desses gastos são enfrentados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

O DENATRAN poderia estar fortalecendo ainda mais o Sistema Nacional de Trânsito, sobretudo pela questão da municipalização. Nós temos, hoje, no Brasil, mais de 5.500 Municípios, ao passo que cerca de apenas 1.500 são integrados ao Sistema Nacional de Trânsito; ou seja, temos aí menos de um terço dos Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.

Seria um desafio muito grande não somente do DENATRAN, mas de todo o Brasil fazer com que os Municípios possam se integrar ao Sistema, uma vez que são nas cidades que o cidadão vive, convive, exerce todos os seus direitos, e proporcionar que cada brasileiro possa viver numa cidade com trânsito municipalizado, com um gestor público preocupado com as questões de trânsito.

Nós podemos tirar o Brasil desses números horrorosos em relação às vítimas de acidente de trânsito. Temos essa missão. Estamos dentro da década de ação pela redução de acidentes no trânsito, que seria de 2011 a 2020.



Se considerarmos os números de 2011, conforme apresentado, nós verificamos que, no ano de 2014, que foram os dados que nós obtivemos do Ministério da Saúde, houve um aumento no número de vítimas decorrentes de acidentes de trânsito.

Então, podemos dizer que estamos com a meta da década comprometida em âmbito nacional. Embora percebamos que em algumas cidades, em alguns locais, haja uma tendência à redução do número de acidentes, o conjunto de todo o Brasil apresenta um crescimento nesses números.

Então, entendemos a importância do Seguro DPVAT, o quanto ele pode contribuir para estarmos reduzindo o número de acidentes. Talvez até possa haver um redimensionamento dessa meta ou mesmo um plano de ação mais eficaz a partir dos próximos exercícios, para que nós possamos reduzir esses números.

Cerca de 130 pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito no Brasil. É como se diariamente um avião caísse e matasse esse número de pessoas. Quando acontece alguma tragédia dessa magnitude, isso choca todos os brasileiros, fica na mídia por muito tempo. Mas, infelizmente, o mesmo número de pessoas morre, mas são registros pulverizados de mortes pelo Brasil inteiro, um país muito grande.

Temos a oportunidade, Dr. Elmer, até de apresentar nossa preocupação em poupar vidas e fazer com que o Brasil tenha um trânsito cada vez mais seguro.

Muitas ações estão sendo feitas num plano normativo, mas percebemos que a ausência de recursos, sejam recursos humanos no DENATRAN sejam recursos financeiros e orçamentários, dificulta muito o Brasil alcançar essas metas.

Nós nos comprometemos internacionalmente perante a Organização das Nações Unidas, de acordo com a Resolução nº 2, de 2009, da ONU. Foi lançado um plano nacional aqui no Brasil. Como oportunidade de melhoria, podemos talvez aproveitar este momento para refletir sobre o trânsito no Brasil, para refletir sobre as vidas que perdemos diariamente e também sobre aqueles que ficaram com sequelas, muitos em idade economicamente ativa, que poderiam contribuir muito para o desenvolvimento do País, mas que, infelizmente, ficarão numa situação passiva, dependentes de nós, que estamos numa situação ativa, dependentes da Assistência Social.



Enfim, o DENATRAN tem todo o interesse em auxiliar os trabalhos desta Comissão. Estamos à disposição para o que for preciso e agradecemos a oportunidade de participar desta audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Nós agradecemos ao Sr. Carlos Magno Oliveira.

Concedo a palavra agora ao Relator, o Deputado Wellington Roberto.

V.Exa. dispõe de até 30 minutos.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e também aos depoentes que aqui estão contribuindo com esta CPI: Dr. Elmer, o Dr. Carlos Magno, e o Dr. Fernando, aqui ao nosso lado — não vai fazer esclarecimentos, mas está acompanhando os dois depoentes.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu queria pedir ao Dr. Elmer que enviasse a esta CPI um demonstrativo da receita, logicamente dos 5%, e de aplicação, até porque o que foi dito aqui é o que nós temos acompanhado: há contingenciamento. Então, pedimos um demonstrativo dos últimos 5 anos — ele será colocada à disposição dos integrantes desta CPI —, para que possamos subsidiar o relatório.

O Dr. Carlos Magno falou sobre um plano nacional. Nós queríamos saber o conteúdo desse plano, quais as ações oriundas do próprio DENATRAN em relação a esse plano nacional, que foi lançado em parceria com a ONU.

Faço agora perguntas ao Dr. Elmer.

Além da Semana Nacional de Trânsito, que acontece anualmente, de 18 a 25 de setembro, quais são as outras campanhas de segurança no trânsito realizadas no âmbito do DENATRAN e qual a sua periodicidade?

Quem decide sobre o teor dessas campanhas?

A Seguradora Líder tem alguma influência sobre campanhas?

Há estatísticas que demonstram o sucesso das campanhas? Ou seja, elas realmente ajudam na diminuição do número de acidentes?

Essas são, Sr. Presidente, as quatro perguntas que eu faço ao Dr. Elmer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Tem a palavra o Dr. Elmer.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Além da Semana Nacional de Trânsito, geralmente as campanhas, como nós podemos observar desde 2011, recebem ênfase quando se espera maior volume de veículos nas rodovias, como acontece



nos feriados. Procuramos também promover campanhas de novas regulamentações e novas ações, de forma continuada.

Quanto a quem decide as campanhas, existe no Código de Trânsito a previsão de que o calendário das campanhas é deliberado pelo Conselho Nacional de Trânsito. A Seguradora Líder pode encaminhar propostas de campanhas, mas a definição do calendário é feita pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Como o senhor pôde ver, nossas estatísticas vão até 2014. Nós não conseguimos acompanhar de forma palpável se determinada campanha atingiu ou não o seu objetivo, pelo modo como são colhidas as estatísticas.

Também ocorre que hoje o DENATRAN não enxerga todas as infrações de trânsito, uma vez que o DENATRAN somente enxerga as infrações de trânsito de bases que não são do mesmo ente autuador. Por exemplo, se um Estado A multa um veículo do Estado B, isso é referente ao RENAINF — Registro Nacional de Infrações de Trânsito. Agora, as multas referentes ao mesmo Estado, à mesma base não enxergamos, o que prejudica o conhecimento das estatísticas e, com isso, uma melhor tomada de base.

Já estamos trabalhando para conhecer a realidade de todas as estatísticas de uma de uma forma globalizada.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - A SUSEP também participa das decisões sobre campanhas?

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Não.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Não participa.

Vou me dirigir agora, Sr. Presidente, ao Dr. Carlos Magno, fazendo as seguintes perguntas.

Nós sabemos que as campanhas, segundo é divulgado, são feitas em escolas. Quais são as mídias usadas?

Além do valor arrecadado por meio do fundo de âmbito nacional destinado à segurança e à educação no trânsito, o valor arrecadado por meio do DPVAT financia quais campanhas de forma específica?

O valor da arrecadação referente ao DPVAT repassado ao DENATRAN é empregado de que maneira? Os senhores têm alguma surpresa com o



contingenciamento? Em caso de resposta positiva, qual é o percentual dele? O que está sendo feito com os montantes contingenciados?

Por último, qual a porcentagem do valor arrecadado por meio do DPVAT utilizada nas campanhas? Como é feito o repasse? Qual é a periodicidade? Como é feita a prestação de contas?

O valor nós já sabemos, é 100%. Em relação às demais perguntas, eu queria ouvir a resposta do depoente Carlos Magno.

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Pois não, Sr. Deputado.

Como informamos, além da cota-parte do prêmio do Seguro DPVAT, o DENATRAN também tem como outra receita 5% do valor das multas arrecadadas, que constituem o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET, conforme dispõe o parágrafo único do art. 320 do CTB — Código de Trânsito Brasileiro. São essas as duas principais receitas do órgão.

Com relação ao valor arrecadado com o DPVAT, quando disponibilizado ao DENATRAN, nós o utilizamos em programas e projetos destinados à redução de acidentes. Trata-se de uma receita vinculada. Nos últimos 5 anos, de 2011 para cá, o DENATRAN a tem destinado exclusivamente a campanhas publicitárias, conforme foi demonstrado aqui — exclusivamente para campanhas publicitárias.

Do montante arrecadado nos últimos 2 anos, o contingenciamento foi de 100%. Então, o DENATRAN não utilizou nenhum centavo do valor do DPVAT arrecadado no ano de 2015 ou no ano de 2016. No ano de 2014, nós utilizamos cerca de 9 milhões e 900 mil reais também em campanhas — foram três campanhas, conforme demonstrado aqui. Esse valor equivale a pouco mais de 5% do que foi arrecadado naquele ano.

Então, percebemos que o percentual aplicado nos últimos anos é muito baixo. Com o que nos é disponibilizado também não dá para fazer parcerias, contratos de repasse com Municípios ou mesmo dispor de convênios com órgãos mais frágeis do Sistema Nacional de Trânsito.

O DENATRAN, há pouco tempo, passou a dispor de um núcleo, na verdade, de um estatístico. Um colega nosso faz análises e nos apresenta alguns dados, mas ele está lá há pouco tempo, há 2 anos apenas, e, por mais que queiramos formular políticas públicas nesse sentido, a falta de recursos as impossibilita, inviabiliza. Já



temos basicamente uma análise do Brasil e do que poderíamos fazer para reduzir o número de acidentes no trânsito, mas, em função desse contingenciamento, isso se torna inviável.

A projeção para o próximo ano, Sr. Deputado, também é de que o cenário seja de restrição. Pelo que nos foi informado pelo Ministério do Planejamento quanto ao referencial monetário do DENATRAN, nós também ficaremos numa situação muito semelhante às de 2015 e 2016.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Essa prestação de contas os senhores vão enviar no demonstrativo que foi solicitado?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Sim.

É um contrato de publicidade que o Ministério tinha. O contrato se extinguiu em 2014. Esse contrato, que figurou de 2009 a 2014, foi celebrado no âmbito do Ministério das Cidades, onde nós fazíamos toda a execução das campanhas publicitárias. Uma vez que foi encerrado o contrato em 2014 e que o DENATRAN estava desprovido de orçamento para fazer a certificação orçamentária e a renovação do contrato, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal, infelizmente nós não dispusemos mais desse instrumento público, desse contrato, e, desde então, não temos conseguido realizar as campanhas.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - A SUSEP, repito, nunca participou de nenhuma decisão em relação a essas campanhas?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Eu acho isso estranho, porque a SUSEP existe para fiscalizar essa distribuição de recursos, seja qual for o percentual. Então, ela não fiscaliza nem o DENATRAN, muito menos a Líder, que é a chefe dos consórcios.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Eu queria fazer também uma pergunta do Relator com relação ao demonstrativo que ele solicitou a V.Sa. V.Sa. disse que o contrato com o Ministério das Cidades terminou em 2014. O Relator lhe fez a pergunta, mas V.Sa. não respondeu a ela. Eu queria saber sobre o demonstrativo dos últimos 5 anos, mesmo de anteriores a 2014, que a Comissão está solicitando, a pedido do Relator.



**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Perfeito, Sr. Deputado, vamos juntar toda a documentação referente às campanhas realizadas, aos valores empenhados, liquidados e pagos por essas campanhas e apresentá-la à Comissão.

O que eu quis mostrar à Comissão foi que, no que diz respeito a esses recursos, há basicamente uma só execução, com relação à campanha publicitária. Não houve, nos últimos 5 anos, nenhuma outra execução além das campanhas publicitárias.

Portanto, vai ficar muito fácil para o DENATRAN mandar a documentação. Apenas não dispomos dela no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Os senhores, evidentemente, participam diretamente desse processo do DPVAT, e a Casa está imbuída do propósito... O Relator tem toda a razão quando pergunta pela SUSEP, que não fiscaliza. Nós questionamos também a atuação do TCU. Nesses últimos 5 anos, os senhores já foram objeto de fiscalização do TCU.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Mesmo sendo pequena a participação do DENATRAN, a SUSEP teria que estar decidindo juntamente com ele a essa aplicação dos recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Eu quero deixar registrado que vamos solicitar ao Tribunal de Contas da União a informação sobre se existe uma fiscalização efetiva e, no caso da última fiscalização realizada, a situação do relatório. O que nós já fizemos em relação à SUSEP vamos fazer também em relação ao DENATRAN.

Reforço que é importante que senhores nos disponibilizem não só os documentos solicitados, mas todos os documentos que digam respeito à aplicação dos 5%. Isso é muito importante. Se os senhores não fazem campanhas desde 2014, onde está sendo aplicado esse dinheiro? Está totalmente contingenciado?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Na conta fiscal e orçamentária, ele está contingenciado. E do ponto de vista financeiro?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - O financeiro fica atrelado à questão orçamentária. Como não tivemos dotação, fica tudo na Conta Única do Tesouro, toda a nossa arrecadação está disposta lá, toda ela acumulada, sem que o



DENATRAN a possa executar, uma vez que ela é vinculada. Então, como não houve empenho, não houve nenhuma execução no sentido orçamentário, o financeiro fica na conta do Tesouro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - São 2 anos sem nenhuma campanha, segundo diz o Sr. Carlos Magno.

A Diretoria do DENATRAN oficia periodicamente ao Ministério das Cidades, ou à autoridade a que os senhores têm que reportar essa ausência do Estado nas campanhas de educação no trânsito, ou o DENATRAN está se omitindo? Nesse caso — faço um alerta —, amanhã os senhores poderão ser acusados de prevaricação por omissão.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Uma preocupação que tivemos este ano, quando fomos chamados a apresentar e discutir a proposta do orçamento do ano que vem, foi a de deixar registrada a previsão de receita e nossa sugestão de proposta de orçamento.

Então, uma vez que venha uma fiscalização, essa proposta, já fazendo o cotejamento dos recursos do DPVAT, está prevista na nossa proposta da Diretoria do DENATRAN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Isso é para 2017. Dada a sua resposta, para 2015 e 2016 não existe previsão orçamentária para aplicação desses recursos?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Na elaboração da proposta, internamente, o DENATRAN sempre considera a possibilidade de realizar campanhas publicitárias e outros projetos destinados à redução de acidentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Com esses recursos?

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Utilizando esses recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - A Comissão gostaria de pedir aos Diretores do DENATRAN que nos enviem as previsões orçamentárias para 2015 e 2016. Isso é muito importante.

Pergunto se existem documentos em que os senhores alertam o Ministério das Cidades sobre a omissão do Estado brasileiro com relação às licitações. Isso é também muito importante. Os senhores estão preparando o orçamento para 2016, mas, se não prepararem a licitação, como será? Ela pode demandar 120 dias, 180



dias; pode haver recurso. Eu já fui Prefeito e Secretário de Estado e sei o que é isso. A omissão de um funcionário público pode se caracterizar, no futuro, prevaricação. Além do mais, nós estamos lidando com vidas.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, eu acho que é extremamente importante convidarmos um representante do Tesouro, já que esse dinheiro, segundo os depoentes, cai na conta do Tesouro, para a CPI checar essas informações e depois confrontá-las.

Se os colegas concordarem, podemos fazer, de pronto, um ofício nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Sim, mas é importante termos em mãos as peças orçamentárias, para que possamos fazer a confrontação. Caso contrário, nós vamos deparar, em 2017, na hora da aplicação dos recursos, com o mesmo problema: fez-se a previsão no orçamento, mas não se tomou a providência de fazer a licitação.

Tecnicamente, deve haver 1, 2, 3 bilhões de reais contingenciados em recursos e, enquanto isso, o povo brasileiro está sofrendo nas estradas, sendo que nós poderíamos estar na televisão campanhas de educação no trânsito.

Eu agradeço as respostas e passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Sr. Presidente Marcus Vicente, Sr. Relator Wellington Roberto, Sr. Elmer Coelho Vicenzi, Diretor do DENATRAN, Sr. Carlos Magno da Silva Oliveira, Coordenador-Geral de Planejamento Operacional do DENATRAN, Sr. Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico, senhoras e senhores aqui presentes, este assunto é de suma importância.

Aprovamos a realização desta audiência pública — e, muito antes, a própria criação desta CPI, a partir de requerimento de autoria da Deputada Raquel Muniz — com o objetivo de tirar dúvidas. Não estamos querendo condenar ninguém, apenas esclarecer dúvidas. Fomos eleitos para isso.

O que chamou a minha atenção, e também a da Deputada Raquel, foi o fato de o contingenciamento não ter sido aplicado. O último foi de 100%. Governo é



assim mesmo: se ficarmos calados, se não usarmos a força do Legislativo, se não houver iniciativa por parte dos próprios Ministros ou do comando das inúmeras áreas que o Governo Federal tem em função de sua complexidade, baseada do tamanho do País, o Governo vai contingenciando os recursos e, com isso, causando prejuízos.

A pergunta que eu faço é a seguinte: qual foi a atitude do DENATRAN quando do contingenciamento? O que os senhores fizeram? Ficaram calados, ficaram quietos, não reagiram, não foram atrás, não procuraram o Presidente da República, não procuraram o Ministro do Planejamento? Que iniciativas, afinal, foram tomadas?

É nossa intenção colaborar com os senhores mesmos, depois.

Quem sabe nós podemos participar, Presidente Marcus Vicente, de uma estratégia de colocar à disposição, para fazer a coisa funcionar, porque o DENATRAN tem um papel importantíssimo. Nós estamos lidando com o DETRAN de cada Estado, estamos lidando com veículos, estamos lidando com habilitação, estamos lidando com uma série de itens importantes que nós discutimos há muito tempo nesta Comissão.

Então, gostaria de saber quais as iniciativas que os senhores tomam a respeito do contingenciamento, que parte do Governo Federal. Também pergunto: que políticas públicas o DENATRAN tem tomado a iniciativa de fazer? Não peço que detalhem a importância — todas são importantes, obviamente —, apenas pergunto quais são os programas.

Todos nós aqui entendemos um pouco do assunto. Talvez possamos apresentar ideias, projetos ou algo parecido, para facilitar a viabilidade dos programas, promovendo a consciência de sua importância e fazendo com que o Governo os priorize.

A SUSEP não acompanha os programas do DENATRAN — assim disseram os senhores. Pergunto: o DENATRAN troca ideias com a SUSEP quando toma a iniciativa de fazer um programa importante e que possa, eventualmente, ter apoio, incentivo, ou mesmo apenas receber sugestões, da SUSEP? É comum, é normal a SUSEP ser ouvida pelo DENATRAN sobre campanhas ou discutir sobre políticas públicas com ele?



Eram essas, meu caro Presidente, as minhas perguntas — certamente os colegas terão outras. Nós já trocamos aqui algumas ideias a esse respeito, e está sendo muito importante a presença do DENATRAN. A exemplo do Presidente Marcus Vicente, também eu fui Secretário de Estado e trabalhei muito com assuntos de trânsito, com a questão do licenciamento de carros e ônibus e com a questão da fiscalização. Tudo isso tem a ver com segurança e com infraestrutura, área de que fui Secretário. Daí minha intimidade com o assunto.

Eu perguntava sobre o que fazem diante do contingenciamento, quais os tipos de políticas públicas que estudaram e apresentaram ou que pretendem estudar e apresentar, bem como se têm conversado com a SUSEP a esse respeito, ou consultado seja lá quem for com quem implementam programas — talvez os DETRANs, talvez os delegados, talvez os coordenadores... Gostaria de saber quem participa dando ao DENATRAN sugestões sobre os programas, porque é muito importante termos programas firmes, consistentes, e isso acontece quando eles são baseados em pessoas que têm intimidade com o assunto.

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Vamos conceder a palavra à Deputada Raquel Muniz. Depois ouviremos os convidados.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente Marcus Vicente, Sr. Relator, Deputado Wellington Roberto, demais membros da Mesa, sabemos que dentre as competências do DETRAN constam apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio ou a administração pública ou privada, referentes à segurança no trânsito.

O órgão já se manifestou sobre as denúncias de fraudes do DPVAT?

Os dados estatísticos de acidentes de trânsito produzidos pelo DENATRAN são díspares dos dados do DPVAT? Se a resposta for afirmativa, o que produz essa diferença?

Por fim, os recursos arrecadados oriundos do DPVAT são suficientes para a produção de campanhas educativas de ação preventiva?

Pegando uma carona na fala do Deputado Edinho Bez, e nós discutimos isso mais cedo, o TCU já apresentou a esta Comissão uma prévia da auditoria feita no DENASUS que mostra a inoperância. Nós vamos ter todos esses dados na CPI.



Vimos que o representante da SUSEP que esteve aqui foi exonerado na semana seguinte. Estamos percebendo inoperância também no DENATRAN. Os senhores disseram — e o Brasil inteiro sabe disso — que 70% das pessoas que se encontram nas emergências são vítimas de trânsito. Nós repetimos aqui todos os dias que esse é um problema de saúde pública. Nós temos que dar uma resposta para o Brasil.

Para mim, Sr. Presidente, Sr. Relator, isso não é um problema só do DENATRAN ou dos DETRANs, é um problema do Governo, causado pelo desgoverno que tem havido nos últimos anos. Em 2015, não se fez nada pela prevenção de acidentes no trânsito, sendo que o próprio setor apresentou relatório mostrando a importância das campanhas de prevenção.

Eu própria tenho feito, com minhas verbas de gabinete, campanhas de prevenção de acidentes na BR-251, a chamada de Rodovia da Morte, no norte de Minas Gerais. Sobretudo nos períodos de férias escolares, temos procurado fazer a prevenção por meio de informes levados do gabinete.

Nós temos que tomar uma providência muito séria com relação a isso. Acho que a CPI tem que cobrar, sim, do DENATRAN propostas que o órgão gostaria que nós, Parlamentares, apresentássemos, seja um orçamento impositivo, seja um projeto de lei...

Faço até uma sugestão de algo me veio à cabeça e que pode parecer estranho: transferir os recursos para o SUS, que tem a responsabilidade de tratar as pessoas, mas que pode também realizar campanhas educativas, já que não estão tendo competência para isso.

O que não podemos é saber que, em 2015, 432 milhões foram destinados ao DENATRAN e cruzar os braços, não tomar nenhuma providência com relação a isso. O meu papel de Parlamentar nesta CPI é identificar que se trata do maior seguro do mundo, que recursos vão para o SUS, que recursos vão para o DENATRAN, qual o caminho desses recursos, com o objetivo de resolver esse problema de saúde pública.

Esse é o meu papel nesta CPI e vou insistir nisso, nem que tenhamos que ir ao Ministério do Planejamento e mesmo ao Presidente Michel Temer, porque tem que ser uma prioridade de Governo que os recursos cheguem aonde têm que chegar, para que não haja tantas mortes no trânsito.



E eu tenho certeza de que todos nós Parlamentares vamos estar imbuídos da importância de apresentarmos uma proposta legislativa ao final desta importante CPI.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Insisto com a assessoria para que ligue para os Parlamentares. Precisamos de quórum para a reunião deliberativa que teremos em seguida. Faltam seis Deputados para completarmos o quórum.

Vou passar a palavra aos Srs. Elmer Coelho Vicenzi e Carlos Magno Oliveira, para suas respostas.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sr. Presidente, se não me falha a memória, eu estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Está, sim, Deputado. Aguarde um pouco, que já o chamo.

Com a palavra os Srs. Elmer Coelho Vicenzi e Carlos Magno Oliveira.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - As tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional e com o Ministério do Planejamento são diárias — isso se dá via sistema, como depois o Carlos Magno vai detalhar.

Quando nos é passado o referencial e, ao longo do ano, as necessidades que são postas ante a ausência de recursos, pelos próprios pedidos de créditos suplementares, nós não nos quedamos inertes. Talvez haja um espaço para melhoria na articulação.

Uma questão muito bem pontuada é a força do Legislativo. Eu gostaria de frisar uma iniciativa desta Casa, o PL 5.786/16, que trata justamente da impossibilidade de contingenciamento do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET. Talvez algo semelhante devesse ser proposto no sentido da impossibilidade de contingenciamento dos recursos do DPVAT, para que esses recursos não sejam tratados de maneira infralegal. Diante de uma necessidade da sociedade e do ciclo orçamentário, que é discutido por V.Exas., mas, depois, noutro momento, já no Executivo, sofre alterações, talvez a discussão legislativa da questão do não contingenciamento, à luz do PL 5.786, seja melhor tratada.



Hoje, só para terem uma ideia, o indicativo de referencial monetário para o DENATRAN é de 90 milhões, sendo que só o custo dos sistemas é de 120 milhões. Ou seja, há um *gap* muito grande para as outras ações.

O DENATRAN tem tomado algumas ações junto, principalmente, aos Municípios, porque eles, que estão mais perto da população, têm condições de fazer um exame melhor das causas dos acidentes. Então, nós temos procurado, em alguns Municípios, otimizar a sua qualidade de arrecadação. Na nossa última ação, verificamos que alguns Municípios nunca haviam solicitado, por meio do Registro Nacional de Infrações de Trânsito —, o dinheiro a que tinham direito para aplicar justamente no combate ao problema. Mostramos a esses Municípios que existiam esses recursos, o que demandou um esforço muito grande de articulação.

Quanto a quem nós consultamos para a elaboração de campanhas, há pouco tempo criamos a plataforma EDUTRAN, com todos os educadores de trânsito dos DETRANs, proporcionando a realização de um fórum para a discussão interestadual de campanhas e a troca de material. Nossa ideia é ampliar para atingir também os Municípios e fomentar as políticas públicas, por meio de um modelo mais próximo do cidadão, na base do Estado e na base do Município.

Vou passar a palavra, com a permissão do Sr. Presidente, para o Carlos Magno. Ele fará as complementações, principalmente no que diz respeito ao sistema.

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Complementando as palavras do Dr. Elmer, com relação ao contingenciamento, o DENATRAN toma todas as medidas possíveis dentro da sua governabilidade, seja na elaboração da proposta orçamentária, seja no pedido de suplementação, seja alertando as instâncias superiores do Ministério das Cidades quanto à necessidade de gestões junto à Secretaria do Orçamento Federal — SOF, para que sejam disponibilizados recursos ao DENATRAN. E, quando disponibilizados, nós também fazemos gestões junto ao Tesouro Nacional.

Quanto às políticas públicas que o DENATRAN tem liderado, nós podemos destacar, ultimamente, as questões ligadas à segurança veicular. Nós percebemos, como foi demonstrado aqui, um crescimento muito grande na frota de veículos do Brasil, e cuidamos de assuntos como a utilização do *airbag*, do ABS, agora a



questão dos faróis acesos e também do extintor. Então, nós temos trabalhado pela segurança veicular.

Com relação à SUSEP, quando necessário, o DENATRAN mantém um relacionamento formal, institucional, com a Superintendência. Nossa última interação foi quanto ao veículo ciclomotor, para o qual foi criada uma categoria específica no que diz respeito ao valor do seguro. Nós recebemos algumas demandas externas, as analisamos e, diante de algumas limitações e competências institucionais, nós as encaminhamos para a SUSEP.

Quanto à questão da denúncia de fraude do Seguro DPVAT, foge à competência do DENATRAN tratar dessas questões, uma vez que não se tratam das fraudes ligadas aos 5% que são destinados ao Departamento, à gestão do Departamento. Então, a fraude ocorre lá na ponta, se, na hipótese de acontecer, com relação aos recursos da Seguradora Líder. Então, foge à questão do DENATRAN.

Nós cotejamos os valores da Líder com os valores da questão que entram na nossa conta. Nós analisamos isso. É uma rotina do DENATRAN. Com relação às propostas do Legislativo, quanto ao auxílio do Legislativo, Sra. Deputada, entendemos que a força do Poder Legislativo quanto às ações junto aos órgãos centrais, econômicos, do Governo Federal pode ser importante. Temos que contextualizar toda a situação do País, a questão das limitações e, na medida do possível, o que fosse destinado ao DENATRAN para que pudéssemos executar conforme determina a lei. Então, quanto àquilo que está ao alcance do Departamento, àquilo que está dentro da governabilidade do Departamento, fazemos todas as rotinas inerentes, sim.

Conforme falado pelo chefe aqui, temos a questão dos sistemas do DENATRAN, que são robustos. Temos informações de toda a frota, de todos os condutores. O DENATRAN, diante das suas limitações de recurso, tem *outsourcing* de TI. Os nossos sistemas ficam todos no SERPRO, com o qual mantemos um contrato administrativo. Conforme o próprio diretor informou, o nosso orçamento, hoje, é basicamente para pagar um contrato para a manutenção de todas as bases de dados do Departamento. Ficamos limitados quanto a outras ações nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Concedo a palavra agora...



Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - V.Exa. vai ouvir primeiro os demais para depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Sim. Vai ser bem rápido.

Falarão a Deputada Christiane Yared, por um prazo de até 25 minutos; em seguida, os Deputados Bosco Costa e Andres Sanchez. Vamos chamar os três Deputados juntos, faremos as respostas e partiremos para as réplicas.

**A SRA. DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Presidente Marcus Vicente, Deputados Wellington e Bosco Costa, que já saiu daqui. Muito obrigada por vocês estarem aqui, inclusive os convidados.

Eu realmente fico preocupada porque, como eu trabalho com o trânsito — e foi o motivo de eu estar aqui, hoje estou Deputada Federal exatamente por causa das tragédias de trânsito —, eu fico preocupada porque fiz um levantamento. De 2005 até 2015, vocês tiveram uma arrecadação de 3 bilhões, 79 milhões, 267 mil e alguns centavos. É um dinheiro astronômico para se jogar em trânsito! Como eu trabalho com campanha no meu Estado, na minha cidade, no mínimo, em 7 anos, eu, a minha equipe e a instituição que eu criei conseguimos reduzir no Estado 42% as mortes no trânsito. Se eu, que não era uma Deputada, era uma simples empresária — tive uma tragédia pessoal e me envolvi com trânsito —, com ideias simples, fáceis, consegui atingir um número tão expressivo de redução de mortes, consegui juntar os órgãos que trabalham com trânsito, então, não é possível que com tamanha quantidade de dinheiro não consigamos reverter a situação dessa guerra que está o trânsito brasileiro.

Todos nós sabemos dos números, repetimos todos os dias aqui cada vez que nós nos reunimos, comentamos sobre estatísticas, mas elas são vazias, porque nós não conseguimos trazer os resultados e somos cobrados. Eu tenho um projeto, que já está praticamente pronto, que tira de vocês esse recurso e joga para o SUS, porque é um dinheiro que a gente não vê. Ninguém vê esse dinheiro. A outra sugestão seria fazer com que esse recurso possa ser distribuído entre órgãos que realmente trabalhem com o trânsito e que provem que dá resultado, porque campanhas de trânsito, nós sabemos — meu Deus do céu! Gente! —, se prevenirmos, olha só quantos leitos de hospital vão vagar. Não é possível que, de



cada dez leitos, sete são ocupados com acidentados de trânsito. Falamos isso todo dia. É só uma questão de mudança de comportamento da população. Se você ensina, certamente tem mudança de comportamento. A Austrália fez isso, a Alemanha fez isso, a Espanha faz, todos esses países fazem, e com resultados. Como nós não vamos ter resultados? Campanhas são necessárias. Nós não temos outro caminho para seguir, porque o outro caminho é a morte, o cemitério, o hospital.

Então, com tamanha quantidade de recurso, de dinheiro que entra, por que não é possível fazer alguma coisa? Direcionar esse dinheiro para campanhas é o que deveria ocorrer. É para isso que é separado esse recurso, mas que ninguém vê. Então, há um esforço desesperado das instituições que trabalham com trânsito. No País, há várias. Há um esforço tamanho, mas também não há recurso para isso. Todo mundo faz como a Raquel. Eu também faço! Eu tiro dinheiro pessoal para criar campanhas, para fazer com que aconteça! Mas não é certo, porque é um dinheiro destinado para isto.

Então, essa nossa cobrança é a cobrança da sociedade: *“Mas não tem campanha de trânsito!”*, *“ensina a criança o caminho que deve andar, até quando ficar velho, para não se desviar dele”*. A própria Bíblia ensina isto. Então, não conseguimos ensinar nem a criança, não há recurso para ensinar a criança. Como vamos obrigar uma professora a dar aula de trânsito, se às vezes ela não tem nem habilitação, ela não sabe dirigir e não entende nada? Não há ferramenta para essa professora ensinar trânsito nas escolas.

Então, nós temos que repensar o sistema falido que está aí. Nós temos que repensar e direcionar. De alguma maneira, é necessário começar. Um campeão de natação vai ter que dar a primeira braçada. Então, nós vamos colher vida no trânsito. Estamos dando os primeiros passos, as primeiras braçadas, as primeiras pedaladas. Vamos chegar lá. Agora nós vamos ver nas Paralimpíadas. Nós somos campeões, ficamos em quinto lugar, quarto lugar, temos medalhas de ouro, porque nós somos um País com 47 milhões de sequelados. Um quarto da população brasileira está “sequelada”. Meu Deus do céu! Gente! O que acontece? Dinheiro mal investido, dinheiro malgasto, dinheiro mal gerido, dinheiro guardado, dinheiro que tem que voltar. Precisamos fazer com que volte. É o mínimo!



Como nós comentávamos aqui — eu e a Deputada Raquel —, não tem só esse dinheiro, tem o dinheiro das multas, dinheiro das inscrições, dinheiro da carteira, tem lá uma consulta para fazer. Tudo vai se acumulando. Para onde vai esse dinheiro? Dinheiro de fianças pagas. No mínimo, essas fianças deveriam ficar com essas famílias, que acabam perdendo seus filhos ou ficando com eles sequelados. Então, é uma montanha de dinheiro, mas ninguém sabe para aonde vai e o que é feito dele. Ah! Mas é contingenciado! Espera aí, gente! Não é para isso esse dinheiro. Precisamos alterar.

Então, eu sei que vocês estão aqui, com a maior boa vontade, nos explicando e falando, mas nós precisamos de pessoas que cobrem. É necessário que vocês cobrem. Se não der certo, venham até nós. Nós reunimos a bancada e vamos lá. Reunimo-nos em bloco e vamos ao Presidente Temer. É preciso mudar isso.

Então, a luta é de um povo inteiro sofrido. É uma dificuldade! E o que nós temos visto é: quem tem feito a diferença? As instituições que trabalham com trânsito. Essas fazem a diferença no País. Então, vamos aprender com elas. Vamos chamá-las, se for preciso. Vamos aportá-las, para que elas possam trabalhar por aquilo que não é possível fazer.

Muito obrigada por vocês terem vindo. Precisamos conversar muito. Precisamos trazer esses assuntos e dar um andamento, porque aqui é o Parlamento, é a Casa onde se fala, mas é a Casa onde se age, porque nós precisamos agir. O povo depende das nossas decisões.

Obrigada, Sr. Presidente. É uma luta, viu! Que dificuldade para fazer a coisa acontecer neste País! Que dificuldade! Mas, se nós não começarmos, quem vai começar? Então, que comece conosco.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Agradeço à Deputada Christiane Yared pela sua exposição, pela sua bela defesa.

Concedo a palavra ao Deputado Bosco Costa.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sr. Presidente Marcus Vicente, Sr. Deputado Lucas Vergilio, senhores do DENATRAN, Dr. Elmer, amigo Fernando Nardes, Carlos Magno, ouvi atentamente todos os Parlamentares, Deputados e Deputadas que falaram aqui. Eu passei 3 anos à frente do DETRAN do meu Estado.



Como a gente vê, ouve e sabe, são poucas as doenças que matam como no trânsito do Brasil.

Eu acredito, Dr. Elmer, que V.Sa. gostaria de dizer que o Executivo não repassa o dinheiro que é de obrigação do DENATRAN, como nos DETRANs. Os Srs. Governadores não permitem que os DETRANs gastem os recursos da maneira que a lei determina. Só resta que esta Casa, que é a Casa do povo, é onde se fala, é onde se discute e onde elaboramos as leis do País, faça cumprir a legislação estadual, federal.

Contingenciamento? Não tem dinheiro guardado nenhum, Sr. Presidente! O dinheiro está em outras fontes, em outros segmentos. Eu cheguei agora, é a segunda sessão de que participo desta Comissão. Não sei o prazo desta CPI, não sei quando ela se encerrará, porém acho de suma importância a unidade dos órgãos de trânsito municipais, estaduais, DENATRAN e CONTRAN. Muitas das vezes, o CONTRAN determina alguma coisa, aprova algumas resoluções, mas os DETRANs, lá embaixo, só sabem quando são publicadas. Tem que haver discussão.

Outra coisa — opinião própria, respeito as demais — é que ficam discutindo ou ficamos discutindo o prazo para o aluno que vai adquirir a primeira habilitação aos 18 anos, se 40 horas/aula, se 25 horas/aula. Para mim, pouco importa. Eu acho que deveria existir no calendário escolar a educação para o trânsito. Quando o cidadão completar 18 anos, quando tiver seus 15, 16 anos, já saber o que é trânsito, sem contar que nas campanhas, tenho certeza, em qualquer cidade do Brasil, a menor cidade lá do Nordeste, do Norte, do Sul, do Centro-Oeste, o índice maior de acidente de trânsito é no final de semana, quando existe o álcool, a droga, daí por diante. Vejo isso com muita preocupação.

Parabenizo o DENATRAN. Quando cheguei ao DETRAN do meu Estado e participei ativamente da AND, Associação dos DETRANs do Brasil, que é de suma importância, eu ouvia muita reclamação, Deputados, de que o DENATRAN não tinha um bom entendimento, uma boa parceria com a AND. É importante, sim! Pelo menos quando eu deixei o DETRAN, já existia uma afinidade bem maior dos DETRANs dos Estados com o DENATRAN e a própria AND.

Sr. Presidente, eu sei perfeitamente que é necessário, Srs. Deputados — parabenizo V.Exas. pelo requerimento de criação da CPI —, que possamos juntos



tomar medidas necessárias e urgentes porque o trânsito mata e o transporte rodoviário no País está falido! Falido! Há uns 2 anos ou 1 ano e meio, houve uma greve pontual no transporte rodoviário e o Brasil parou. Quando ele parar agora, não vai ser por greve, mas porque o sistema está falido.

Parabenizo as Deputadas, os Deputados, e os representantes do DENATRAN. Na minha avaliação, esta CPI deveria convidar o Ministro das Cidades para saber se esse dinheiro foi gasto em outras coisas. Ele não foi contingenciado, apenas não foi para o DENATRAN fazer o que é de direito e de fato, as campanhas de trânsito no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Agradeço ao Deputado Bosco Costa.

Antes de passar a palavra ao Deputado Andres Sanchez, faço um registro importante com relação à utilização desse recurso, também abordado pela Deputada Christiane de Souza Yared. Esta Comissão é muito importante. A Deputada Raquel Muniz foi muito feliz, só que a nossa responsabilidade é muito maior. Nós somos onze Parlamentares que marcamos presença e estamos investigando irregularidades para punir eventuais culpados.

Há uma cadeia produtiva de pessoas envolvidas em negócios irregulares em nome do DPVAT. Temos que produzir, num segundo momento, uma legislação que possa aprimorar essa condição do uso do seguro obrigatório.

A CPI, Deputada, termina no dia 2 de outubro. Nós estamos lutando com o quórum para aprovar o requerimento de adiamento por 60 dias, avançar e concluir os trabalhos. O apelo que faço publicamente a todos é que nos ajudem. Nós poderemos, com isso, poupar milhares e milhares de vidas de brasileiros e brasileiras todos os anos. É este o apelo que eu faço. Está aqui o DENATRAN prestando a sua contribuição e politicamente amarrado por um sistema que contingencia e criminaliza, até no bom sentido, o uso do recurso que é devido para a educação de trânsito.

Então, o papel desta Comissão não é simplesmente investigar, é também destravar politicamente, para que possamos abrir caminhos para que os recursos dos cidadãos brasileiros que usam e que vêm o seguro obrigatório não ser usado,



seus 5%, para essa finalidade e ser contingenciado num caixa único que vai ser usado em outros lugares. São 430 milhões de reais, por ano, sem ser aplicados.

Pelo exemplo da Deputada Christiane de Souza Yared, nós poderíamos fazer muitas e muitas ações importantes de conscientização, de educação, de muita valia para pouparmos vidas de brasileiros.

Eu queria fazer este registro. Só para complementar, Deputado Bosco Costa, meu avô era sergipano. Então, tenho uma afinidade muito grande com o Estado de Sergipe, um Estado de que eu gosto muito por causa dessa veia política do meu velho Francisco Vicente, de Campo do Brito.

Tem a palavra o Deputado Andres Sanchez.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, convidados.

Vou ser bem rápido, pois cheguei um pouco atrasado e só ouvi o final. Quer dizer que os 5% do DPVAT não vão para o DENATRAN? É isto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Ficam num caixa único. Há 2 anos que não são utilizados para a finalidade proposta pela lei.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Então, tem mais uma pedalada aí. Eu não vou entrar em detalhes nisso, que é um absurdo e há que se fazer uma limpa.

Conforme o nobre Deputado disse, para nós educarmos o povo no trânsito vão se levar 30 anos, começando hoje. Como nós vendemos carros que andam a 250 ou 300 quilômetros por hora? Não é só a cachaça, não é só a droga, mas a velocidade também. Então, nós tínhamos que fazer um *chip* mágico para se andar a 70 quilômetros por hora; em São Paulo, a 40, porque o Prefeito só anda de bicicleta. Ninguém poderia andar a mais de 50 quilômetros por hora. No máximo, a 120, que é o limite que tem nas estradas brasileiras. Agora, vendem carro que corre 300 quilômetros por hora e ficam culpando outras coisas? Fora a educação de trânsito, tem que se fazer isso.

Eu não sabia desse caso, mas vamos levantar isso direito. É um absurdo ficar 2 anos sem repassar... Quantos funcionários tem lá? Uns 20?

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Servidor efetivo: 26.



**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Então, com 400 milhões dá para fazer muita coisa com 26 funcionários. Vai se exigir o que do DENATRAN com 26 funcionários? Isso é uma hipocrisia, é fazer de conta as coisas. E não dá para mandar 400 milhões para uma empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Deputado Andres Sanchez, só para corroborar com as vossas palavras, eles estão sem licitação, sem contrato de empresa de publicidade, conforme eu entendi, desde 2014. Nós, que já fomos gestores públicos, sabemos o quanto é importante praticamente se emendar uma campanha na outra, um contrato no outro com licitações preventivas.

Para 2017, já estão preparando o orçamento, mas não têm a licitação ainda nem o termo de referência. É termo de referência? Para se iniciar o processo de licitação, tem que ter um termo de referência. Nem isso foi feito.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - É o que eu digo: uma coisa que se tem neste País é hipocrisia. Então, acaba com o DENATRAN, acaba com o DPVAT. Minha opinião é acabar com o DPVAT, Deputado. DPVAT é a maior mentira deste País. Quem tem seguro paga dois seguros obrigatórios. Se eu tenho seguro contra terceiros, por que eu tenho que pagar o DPVAT? Para alguém ficar roubando, como estão fazendo? Essas coisas deveriam ser rediscutidas. Não quero nem fazer perguntas. A decepção é tão grande que não adianta ficar rebatendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - O que o Deputado Lucas Vergilio está dizendo é tornar o seguro obrigatório e acabar com o DPVAT.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Tem que mudar alguma coisa lá. O DENATRAN também tem que fazer isso. Foram vocês que deram aquela ordem do extintor? CONTRAN. Estou vendo se eles me pagam de volta porque eu comprei quatro e depois de 30 dias tive que jogar fora.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Concedo a palavra ao Sr. Carlos Magno e ao Sr. Elmer para responderem à Deputada Christiane de Souza Yared, ao Deputado Bosco Costa e ao Deputado Andres Sanchez.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - As colocações se coadunam com o nosso pedido de apoio e socorro para ajudar a população brasileira. Essa é a síntese. Realmente, todas as ações foram dirigidas do recurso para a campanha,



particularmente a Ação nº 4.641. Porém existe outra ação. Eu frisei isso na minha apresentação, que é a questão de projetos. A partir do momento em que se coloca dinheiro do DPVAT para a questão de projeto e recebe isso de todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, consegue-se uma eficiência muito maior, uma vez que esses órgãos são muito mais próximos da população e conseguem fazer o diagnóstico, saber as causas e as soluções.

O DENATRAN, junto com toda sua equipe, está preparado, é só uma questão de podermos ter margem de ação. Essa margem de ação é o que estamos procurando rotineiramente.

Nós vamos aceitar o convite para ir em bloco e pedir o descontingenciamento. Acho que isso é fundamental. Nós temos buscado isso. Em diversas audiências no DENATRAN em que são feitas essas questões — vou pontuar novamente —, eu ilustro o PL 5.786, que fala do descontingenciamento do FUNSET. Precisamos urgentemente de um projeto no mesmo sentido quanto à questão do recurso do DPVAT.

Friso que estive na semana passada, Deputado Bosco Costa, no encontro da AND. Realmente, a discussão da proposta com todos os DETRANS tem que ser feita antes de uma publicação, antes de serem pegos de surpresa. Hoje estamos trabalhando. Num espaço de 15 dias, vamos ter um fórum para a discussão dessas propostas. Eu só estou esperando o Presidente Trad me colocar no grupo de discussão do WhatsApp deles, que é uma tecnologia presente que possibilita um contato muito mais próximo. Já estamos à disposição para ter esse contato próximo, e precisa. É extremamente necessário e salutar para toda a sociedade essa discussão em todos os níveis, uma discussão constante no âmbito federal, estadual e municipal.

Para terminar, Deputado Andres Sanchez, a velocidade é, sim, uma das principais causas de acidente de trânsito. Então, realmente precisamos trabalhar na educação básica e trabalhar para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação absorva a questão de trânsito desde o ensino fundamental, para que, quando os futuros condutores tiverem 18 anos, essa questão já esteja amadurecida para eles.

Com a permissão do Presidente, passo a palavra ao Sr. Carlos Magno Oliveira.



**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA - Obrigado.**

Exmo. Deputado Marcus Vicente, a questão do contrato requer a dotação orçamentária, do que não dispomos. Certamente, quero engrossar o coro do diretor do DENATRAN com relação a unirmos forças para que possamos dispor desse recurso e dar uma resposta à sociedade.

Quanto ao recurso para o DENATRAN, Excelência, vemos que ele é importantíssimo, desde que seja disponibilizado. Então, haveria a necessidade desses recursos serem disponibilizados para o Departamento, para que possamos realizar programas e projetos destinados à redução de acidentes de trânsito. Que, a partir disso, pudéssemos observar se há uma redução significativa. Eu tenho certeza de que futuramente a Casa poderia até propor o aumento do percentual para o DENATRAN, para que pudéssemos mostrar à sociedade o quanto é importante esse recurso retornar na forma de benefícios. Daí teríamos um ganho social muito grande.

Há necessidade de fortalecer não só a estrutura do DENATRAN, mas todo o Sistema Nacional de Trânsito. O Deputado Bosco Costa falou da relação com os DETRANs. O diretor do DENATRAN esteve recentemente na reunião da AND — Associação Nacional dos DETRANs.

Temos pontuado a questão de que o Sistema Nacional de Trânsito não inclui apenas os DETRANs, mas a nossa relação com os Municípios, que são os entes muito mais frágeis. Na medida em que esse recurso pudesse ser disponibilizado, nós poderíamos fortalecer os Municípios também com projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.

O Brasil apresenta uma fotografia bem diferenciada de norte a sul com relação às causas do trânsito. Campanhas publicitárias periódicas, sazonais, regionalizadas, certamente contribuiriam bastante para a redução de acidentes.

Não queremos nos fechar apenas para a questão da publicidade, embora achemos isso muito interessante. Tive uma pequena experiência na área de *marketing*, mas pode se perceber que as campanhas publicitárias têm um efeito de curto prazo. Por isso a importância de realizar essas campanhas, mas também precisamos de campanhas de longo prazo para a educação, que pode ser algo que



não se observa um resultado agora, mas poderia formar gerações de brasileiros atentos às questões do trânsito lá na frente.

Outros países levaram muitos anos para reduzir significativamente o número de acidentes de trânsito. Certamente com Brasil não será diferente. Nós vamos levar um tempo significativo, mas estamos dispostos a começar agora. O diretor apresentou todas as dificuldades, todas as limitações do DENATRAN, mesmo assim, embora sejamos um departamento pequeno dentro do Ministério das Cidades, representamos muito em volume de trabalho ali dentro. Temos uma força de trabalho reduzida como uma alta rotatividade, mas, mesmo assim, todos motivados. Certamente, cada vida que nós pouparmos no trânsito será muito importante para nós. O nosso trabalho é pautado nisso.

Hoje temos a questão da segurança veicular, mas tudo sob o foco de poupar vidas. Este é o objetivo do DENATRAN.

Estamos aqui discutindo certamente os recursos do DPVAT que vão ou não para o Departamento. Nós temos um cuidado muito grande em manter essa arrecadação, muito embora o Departamento não utilize o recurso, mas nós fazemos toda a nossa parte dentro do que nos é possível. Infelizmente, nós não podemos atuar naquilo que foge a nossa governabilidade, mas, com essas parcerias, com essas ações conjuntas com outros órgãos, nós poderíamos trazer muitos benefícios para os brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Eu concedo, então, a palavra aos Deputados que quiserem fazer a réplica.

Com a palavra o Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz, autora do requerimento de criação da CPI.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente, eu quero agradecer a presença aqui ao Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN, que evidenciou para nós como está o funcionamento do órgão e a inoperância de nós podermos usar o recurso do DPVAT, os 5%.

Quero dizer que nós precisamos dar um basta nisso. A forma de fazermos isso é o trabalho sério desta CPI e dos Parlamentares, que há muitos anos já mostraram para o Brasil que o Brasil tem jeito, e nós podemos ajudar aqui. Nós



fizemos isso quando resolvemos diminuir as taxas de morte pelo tabagismo, que foi uma decisão importante, histórica, da Casa, quando também resolvemos criar a Lei Seca, que reduziu o número de mortes.

Eu me pergunto a que interessa essas mortes no trânsito. A quem interessa a não duplicação das nossas rodovias, inclusive a BR 251, no meu Estado, que vai de Montes Claros a Salinas? A quem interessa tantas mortes no trânsito? Recebemos aqui do Tribunal de Contas da União — TCU um gráfico que mostra que, quanto mais acidentes ocorrem, mais alguém ganha recurso em cima disso.

Eu, que sou educadora, acredito muito na eficácia das medidas de prevenção. Sou médica também. Acredito que a vacina também resolve tantos problemas.

Vou continuar insistindo: cadê os 5% do DENATRAN para fazer a prevenção? Nós vamos atrás dele. Nós vamos fazer isso acontecer. Esta CPI tem esse papel importante aqui. Bastam as mortes no trânsito, que poderiam ser evitadas com a educação para o trânsito.

O Parlamentar não pode fazer indicação de disciplinas na Comissão de Educação, porque senão cada um vai querer fazer indicação da sua área. Nós podemos fazer uma indicação para o Ministério da Educação, o que já foi feito aqui.

Nós precisamos dessa vontade política. Eu tenho certeza de que nós estamos entrando numa nova era, a do Presidente Temer. Nós temos que levar a ele, Sr. Presidente, essa decisão de efetivamente diminuirmos essa tragédia das mortes no trânsito.

Considero que eu não obtive resposta de muitas das perguntas feitas. Vou fazê-las e enviá-las ao DENATRAN para que possam ser respondidas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Tem a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero dizer aos nossos representantes do DENATRAN que estaremos à disposição aqui. Aqui ninguém é *expert* em tudo. Aqui nós temos Parlamentares de origens diferentes, de Estados diferentes, de culturas diferentes e de princípios diferentes, mas todos somos Deputados brasileiros e temos o dever de brigar pela nossa Nação.



Nós temos que tirar proveito desses episódios que têm ocorrido, como as crises e a mudança do Presidente, para acertar o País e correr um pouquinho mais de sangue nas nossas veias pelo nosso patriotismo. Não temos mais tempo a perder. Somos nós, a população em geral, incluindo os funcionários públicos e todos. Se dependesse de muitos aqui, estaria na hora de dar um basta nos malandros, nos vadios, que não querem trabalhar nem produzir. Nós vivemos num País rico, num dos países mais ricos do mundo, num dos países mais importantes do mundo, mas estamos-nos perdendo também por indisciplinas. Quando se fala em crise política, em crise econômica, eu incluo mais uma: a crise de autoridade. Está faltando autoridade a este País. Nós temos que dar um basta e tirar proveito desta situação.

Eu quero aproveitar a oportunidade para falar sobre a segurança veicular, a questão do farol, a origem da ligação do farol. Eu tenho recebido tanta reclamação, mas também não estou avaliando muito porque eu também...

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Multa, multa, multa!

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Sim! Um senhor de 75 anos, por exemplo, foi ao sítio dele e esqueceu o farol ligado. Quando voltou, o carro já não tinha mais bateria. É claro que esses são apenas alguns exemplos. Precisa-se saber a origem disso, porque nós, aqui, não sabíamos!

Eu disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso — e falei com todos os Presidentes com os quais tive oportunidade de conversar e também com os meus Governadores de Santa Catarina — o seguinte: o cidadão comum não consegue falar com o presidente da República ou com o governador, às vezes não consegue falar nem com o prefeito da cidade ou com o juiz de direito, mas consegue falar com o Vereador dele. E o Vereador fala com o Deputado, e nós falamos com o Presidente, falamos com o Secretário e falamos com os senhores. É muito importante saber que, muitas vezes, quando nós chamamos aqui, reclamamos e ficamos angustiados, é porque nós estamos representando os brasileiros, estamos representando as pessoas. Somos eleitos para isso.

Essa questão do farol até agora, para mim, não está clara. Não sei de onde veio. E há a questão da multa. Não estou dizendo que é ruim. Eu sei que eu não entendi direito e gostaria de entender melhor isso.



Há também a questão dos extintores, que foi aqui mencionada. *“Há prazo. Até tal dia, se não tiver o extintor, será multado!”* Depois, em seguida, não precisa mais usar o extintor. Isso não é uma falta de planejamento de curto, médio e longo prazo? Por que se tomam essas iniciativas?

Sobre a questão dos radares, em Santa Catarina nós já tiramos os radares. Lá não há mais radares em rodovia estadual. Nas nossas rodovias, eliminamos, porque era um abuso! E, lembrem-se bem, ainda há em alguns Municípios, pois há alguns Prefeitos desavisados. No afã de se arrecadar, ainda existem Municípios. Mas nas rodovias estaduais, por meio de uma lei, foram extintos.

Hoje, nas rodovias federais, os motoristas — e acredito que isso ocorre com os motoristas dos meus colegas, estive lá por Santa Catarina — dirigem preocupados com o radar! Será que isso não tira a atenção? E eu mando correr, porque estou com pressa. Vai-se a 110 quilômetros por hora. Eu uso. Não se usam 109 quilômetros por hora, mas 110 quilômetros por hora. Às vezes, ainda passa, dependendo do momento. Aí o motorista viaja preocupado, porque há um radar aqui e há outro a 500 metros; depois, nos próximos 5 quilômetros, não há. Ninguém sabe mais onde há radar e onde não há. Perdeu-se a tranquilidade.

Os senhores têm que saber disso! Eu não estou sendo contra esse controle. Nós precisamos é ter um instrumento mais eficiente! Não é para multar! Como disse o Deputado Andres Sanchez, parece que o negócio é multar. Não é para ensinar, não é para orientar, não é para instruir: é para arrecadar. Esta é a imagem que se tem.

Eu estou levantando esse tema aqui porque eu também tenho dúvidas. Gostaria de avançar mais, trocar ideias com os senhores. Fica o desafio. Eu estou até fugindo um pouco do nosso tema para aproveitar a oportunidade da presença dos senhores, pois nem sempre os temos por aqui.

A velocidade máxima, lá em Santa Catarina, é de 110 quilômetros por hora. De repente, na rodovia federal, na reta, passa a ser 80 quilômetros por hora. O motorista, quando viu, passou a placa. Nós estávamos a 110 quilômetros por hora. Aí se recebe a multa, mesmo se estivesse a 90 quilômetros por hora. Bem, então, a rodovia volta a ser 110 quilômetros por hora. De repente, Deputado Andres Sanchez, passa a ser 60 quilômetros por hora! E acho que vou perder o motorista,



porque eu estou dizendo a ele que vai ter que pagar as multas. Ele já está a fim já de largar. Vejam bem, há a insegurança nossa e a insegurança do motorista. Não há mais ninguém tranquilo!

Repito, não estou defendendo ou sendo contra o controle. Mas há um tipo de controle que são mecanismos arcaicos, atrasados. Nesse ponto, concordo com o Deputado Andres Sanchez: é a multa, só pode ser para isso. Não é possível! É uma enganação o que ocorre hoje!

A quem as pessoas recorrem? A nós, Deputados. Elas não vêm aqui falar com os senhores, não vão falar nem com o Deputado Estadual. Pegam os Deputados Federais nas festas de Igreja ou nos bailes. Vamos a uma formatura, e os caras já nos tiram da formatura para conversar. “É uma vergonha o que vocês estão fazendo lá!” Fazem isso porque somos quem eles elegeram para representá-los.

É por isso que chamamos aqui e batemos na mesa! Às vezes, vamos à tribuna e até exageramos, concordo. Mas chegamos lá indignados! Por quê? Porque nós representamos essas pessoas. E os senhores, que são funcionários públicos, também representam essas pessoas.

Por isso, eu estou muito preocupado com o futuro do nosso País em uma série de coisas, que não me cabe aqui levantar.

E qual é o destino da arrecadação das multas? Elas realmente chegam? Do DPVAT, eu já sei que não estão chegando. Mas e as multas arrecadadas? Elas têm um destino, não são arrecadadas por acaso. Têm uma origem e um destino. Elas chegam ao destino? Esta é a minha pergunta.

Há outra questão também das arrecadações de multas e taxas. Cito as placas. Por que, para emplacar o carro, há que se pagar taxa? Aí se se quer escolher o número — e eu paguei agora, porque eu escolhi o número, eu o escolho sempre —, tudo bem, tudo bem!

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Mas eu paguei 300 e poucos reais, porque eu escolhi o número. Escolhi o meu número de campanha, 1515, para quem não sabe. Aproveito o exemplo! *(Risos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Aqui não há eleitor algum de Santa Catarina, Deputado Edinho Bez. Aqui há dois capixabas, um paulista, uma mineira, uma paranaense e um goiano. Não há aqui! V.Exa. errou aí na placa do carro.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Mas eu paguei porque eu quis! Não se é obrigado a pagar. Eu só estou dizendo que a arrecadação se estende, não escapa nada, não escapa nada!

Nós temos que rever mesmo, Deputada Raquel Muniz e Deputada Christiane de Souza Yared, e todos os demais colegas. Nós precisamos rever muita coisa. Nós precisamos de mais transparência e menos mentira. Virou uma mentirada! Há cara de pau para todo lado. Isso virou uma vergonha.

Com a mudança de Governo, espero que passe. Nós temos que aproveitar a oportunidade e tirar proveito da crise, porque será menos difícil mudar agora, porque o povo quer mudança. Ulysses Guimarães dizia que, em certos momentos da vida, temos que mudar, senão seremos mudados.

**A SRA. DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Sr. Presidente, dou só uma informação. Neste primeiro mês dos faróis acesos nas rodovias, diminuíram em 36% os acidentes. Os estudos mostram que os carros ficam 60% mais visíveis com os faróis acesos. Então, é muito importante.

A população tem que entender que são instrumentos para poder salvar vidas. Estamos trabalhando. É um projeto de um Deputado Federal — se eu não me engano, é do Sr. Rubens Bueno — que teve resultados, está dando resultados. Às vezes, é um pouco incômodo, mas funciona. Estamos aqui para fazer isso, para fazer funcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Nós só temos que resolver a questão do Deputado que teve problemas com a bateria do carro, uma pessoa de 75 anos.

Nós já estamos chegando ao final. Antes de passar a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo, eu gostaria de fazer duas observações importantes. Gostaria da atenção dos senhores.



Primeiro, eu acho que nós podemos marcar uma audiência com o Ministro das Cidades e lá cobrar essa questão do descontingenciamento, senão 2017 vai chegar sem educação no trânsito. Este é o primeiro momento.

Segundo, esta Comissão, independentemente de continuar ou não, no período da continuação ou não, deve ir ao Ministro da Educação para tratar da questão de médio e longo prazo. Nós temos que pensar nisso. É uma forma concreta de produzir um resultado que talvez possa ser incluído. Quem sabe sugerimos um estudo ou um grupo de trabalho que estude essa possibilidade da grade curricular?

Eu gostaria de pedir ao pessoal da Consultoria que me ajude para marcarmos, em um primeiro momento, um encontro com o Ministro das Cidades e, depois, com o Ministro da Educação. Nós vamos levar, como sugestão, um documento produzido aqui na Comissão. E vamos cobrar essa questão do descontingenciamento.

Mas eu quero fazer um alerta a todos. Nós estamos na quarta reunião. Nós tentamos fazer uma deliberativa para votar requerimentos. Eu quero alertar os Deputados presentes — e agradeço a todos que têm vindo com frequência, em um sentimento de brasilidade, de companheirismo, de responsabilidade com o País, com as pessoas, com os brasileiros: nós vamos continuar esta luta!

E quero o testemunho dos senhores de que nós vamos ficar de pé! Nós estamos aqui fazendo um trabalho para o Brasil. Nós não vamos nos render a outros interesses que não sejam os interesses do brasileiro. Eu falei isso desde o começo. O seguro é privado, administrado por uma empresa privada, mas é de interesse público, e tudo o que for de interesse público esta Casa tem a obrigação de fiscalizar.

Ressaltamos, novamente, a iniciativa da Deputada Raquel Muniz, que foi muito feliz quando propôs a criação desta CPI. Nós não somos contra ninguém. Nós somos a favor do Brasil. Nós estamos aqui com 11 Deputados que marcaram presença. Não vamos conseguir deliberar, por falta de quórum. Estou falando isso de forma clara, porque, se até o dia 13, na próxima terça-feira, que será a última data antes das eleições, nós não conseguirmos a prorrogação no Plenário da Câmara, esta CPI vai terminar no dia 29 de setembro, uma sexta-feira.



**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Vai ser prorrogada!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Nós precisamos fazer esse trabalho político, porque nós teremos, amanhã, a participação importantíssima de autoridades da Polícia Federal. Delegado de Polícia Civil e Promotores virão aqui falar sobre a Operação Tempo de Despertar, lá em Montes Claros. Eles trarão, com certeza, muitas coisas importantes para todos nós, daquilo que já foi investigado e que está sendo investigado.

Na semana passada, nós tivemos aqui um técnico do TCU que foi disponibilizado para esta Comissão para falar sobre os dois processos de fiscalização na SUSEP. Nós temos documentos sobejos, muitas coisas importantes, com que poderemos, com mais 60 dias, produzir um relatório muito bom em favor do Brasil. Porém, nós precisamos de mais prazo, porque agora nós precisamos que as pessoas voltem para nós, para que a Comissão tenha mais condições de cobrar.

Eu estou alertando a isso como Parlamentar. Todos nós juramos cumprir a Constituição, e o estamos fazendo de peito aberto.

Quero agradecer aos Deputados que têm estado não ao meu lado, mas ao lado da Comissão, para o trabalho esta tem que produzir. Agradeço aos que têm estado ao lado da Casa. Sobretudo, a Câmara dos Deputados tem dado uma demonstração ao Brasil de altivez, cumprindo com o seu dever. Esta Comissão não pode, de forma alguma, por falta de quórum — ou, subjetivamente, escondendo outros interesses —, deixar esvaír-se o seu prazo e não cumprir o seu papel.

Eu quero apelar aos senhores: que nós possamos sair daqui para ir a uma conversa com o Presidente Rodrigo Maia, a fim de sensibilizá-lo. Eu quero contar com a presença de todos os senhores, porque esta é uma questão política que transcende em muito o interesse dos brasileiros, somente.

O Deputado Evair Vieira de Melo havia pedido. Antes, concedo a palavra ao Deputado Bosco Costa.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sr. Presidente, ouvi atentamente a fala de V.Exa. e me somo a parte do pronunciamento. Sugiro a V.Exa. que, além de contatar o Presidente Rodrigo Maia, faça contato também com os Líderes dos partidos dos Deputados. No caso de o Deputado estar sobrecarregado ou no caso de algum outro problema, que façam a substituição.



Quando fui Deputado aqui, em outra Legislatura, fui Presidente de uma CPI e sofri isso na pele! E olhe que aquela era uma CPI muito complicada. Imagine V.Exa. que a CPI investiga grupo de extermínio no Nordeste! Contrariava interesses. Lembro a dor de cabeça que eu tinha com a falta de Parlamentares e com requerimentos que não conseguíamos aprovar para convocar alguém. Isso é complicado!

Por isso, eu me somo a V.Exa. e me coloco à disposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Agradeço ao Deputado Bosco Costa.

Eu gostaria que V.Exas. fossem comigo ao Presidente Rodrigo Maia, pois é muito importante.

Passo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo.

**O SR. DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO** - Sr. Presidente, Deputado Marcus Vicente, obrigado pela oportunidade que está me dando.

Este é um assunto que me interessa muito, até porque, extrapolando a discussão do DPVAT, eu tenho me debruçado muito sobre o sistema de logística e trânsito no Brasil. Também sou Relator de uma Comissão que está fazendo um levantamento e um relatório de obras paradas no território nacional, obras do Governo Federal, entre elas as obras de nossas estradas. Isso está me permitindo a compreensão de fatores externos que, às vezes, embora não esteja dentro do tema, acabam afetando-o. Pretendemos compreender essa problemática toda com a qual acabamos envolvidos.

Primeiro, a lógica do acidente de trânsito não se resume simplesmente à lógica da irresponsabilidade ou à lógica, propriamente dita, de alguns atos cometidos pelo motorista. Ele tem a responsabilidade da condução. Há uma peça que eu quero anexar a isso, ou seja, algo maior do que isso: há uma irresponsabilidade, neste caso, de Governo.

Olhando o nosso mapa espacial, ou seja, olhando a distribuição do Brasil, a lógica das nossas cidades, tentamos entender a mobilidade. Retirando a imprudência, por que nós, às vezes, extrapolamos a velocidade? Por que, às vezes, as nossas ultrapassagens, em tese, ocorrem em locais perigosos, que podem levar



ao acidente? É esse conjunto de coisas que se soma ao debate que tem que ser feito aqui, internamente.

Primeiro, há a lógica das estradas brasileiras. V.Exa. sabe muito bem que eu sou morador do Município de Venda Nova do Imigrante, localizado na região das montanhas do Espírito Santo. Eu moro dentro da BR-262, uma rodovia construída nos anos 60, com outra engenharia, com outra lógica, com outro veículo, Deputado Andres Sanchez, com outro carro. Ela está semiabandonada há muitos anos, uma rodovia que já deveria ter sido duplicada há muito tempo. É uma vergonha que a BR-262 já não tenha sido duplicada! É uma rodovia que foi construída na década de 60. Nos dias atuais, ouvir que ainda não há tecnologia, que não encontraram soluções em engenharia ou que não há recursos para duplicar, isso é uma vergonha! Extrapola qualquer bom senso!

O Deputado Marcus Vicente é morador de um Município cortado pela BR-101, obra anterior à BR-262. Agora começaram, capengamente, o processo de duplicação.

Mas precisamos retirar veículos das estradas, reduzir a quantidade de veículos nas estradas, e não aumentar! As duplicações que estão sendo feitas no Brasil, Deputados, consideram a lógica do carro, e não a lógica das pessoas, que seria uma lógica inversa.

Por que nós estamos nas estradas? Por que temos que andar, às vezes, um pouco além do limite da velocidade? V.Exas. sabem por quê? Porque os nossos hospitais estão centralizados nos grandes centros urbanos, não temos hospitais regionais. Assim, aumentam as ambulâncias nas estradas, aumentam as visitas aos nossos hospitais. Os nossos órgãos federais, que os Prefeitos utilizam, que os Vereadores utilizam, que os empresários utilizam, estão na região metropolitana. Assim, o Prefeito, o Vereador, o empresário ou até um trabalhador que tenha que recorrer dos seus processos, em vez de resolverem o problema na sua região, têm que ir à região metropolitana. Assim, esta é a lógica: vai-se entupindo a estrada.

Dessa forma, se não se usar a lógica do fluxo reverso, que é uma lógica simples do processo produtivo... Qualquer pessoa formada em produção sabe do que eu estou falando. Tira-se o carro da estrada, oferecendo às pessoas, na sua própria região, aquilo que elas vão buscar em outra região. Tira-se uma carga.



Onde eu moro, na BR-262, por exemplo, vamos fortalecer nossa ferrovia. Vamos duplicar outras estradas, para tirar as carretas do Centro-Oeste, por um trânsito bem menor, com menos curva, menos intenso. Vamos melhorar as questões portuárias, para as mercadorias saírem das nossas rodovias e usarem o nosso sistema de portos. E vamos melhorar as nossas ferrovias.

É dessa inteligência que quero falar com os órgãos do Governo, principalmente os federais — e não falo dos senhores —, que operam como se fossem membros fora de um corpo. Ora, o DENATRAN, o CONTRAN, o DETRAN, sejam os órgãos que forem, pertencem a Governos! O Governo tem as suas responsabilidades. Falem com o Ministro: *“Olha, essa obra e engenharia está equivocada, essa entrega está equivocada”*.

O que fazem? Estão distribuindo radares no Brasil inteiro. São verdadeiros caça-fantasmas, o Deputado Edinho Bez disse muito bem! Na minha rodovia BR-262 é pior: há radar de 80 quilômetros por hora, radar de 60 quilômetros por hora, radar de 50 quilômetros por hora, radar de 40 quilômetros por hora. Se você olhar para tanta placa, você acaba batendo. Ou você olha para a estrada, ou olha para as tantas placas que existem. É um negócio, assim, escancarado! É vergonhoso!

Agora, é preciso haver regra, Sr. Presidente. Outro dia, junto a um órgão, reclamei que não havia placa de sinalização. A pessoa falou para mim: *“Não, não pode colocar placa, porque o objetivo é pegar o motorista.”* É pegadinha! É preciso explicar por que isso acontece. Coloque a placa, coloque a sinalização!

Esse investimento, volto a dizer, é a aplicação da lógica de fluxo reverso. É preciso tirar os carros da estrada, oferecendo às pessoas, na sua região, aquilo que elas vão fazer no grande centro. Não, sempre colocam tudo na região metropolitana! Assim, o cara tem que sair lá de Ecoporanga, tem que sair de Venda Nova, tem que sair de Lúna, tem que sair de Guaçuí, porque só há lá em Vitória. O órgão está lá em Vitória, e tem que ir lá protocolar um negócio. É um tal de protocolo, de assinatura de protocolo... Os hospitais estão todos centralizados lá! É isso que precisa ser repensado. É claro que aumentam os acidentes! E aí há o problema de seguro, o problema das máfias de trânsito.

Nós estamos com um problema na nossa Assembleia. O Deputado Marcus Vicente sabe disso. Como se chama, Deputado Marcus Vicente? Ajude-me.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - A máfia dos guinchos.

**O SR. DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO** - Sim, há a máfia de guincho, porque há o problema de só poder ser determinado guincho, e não poder ser outro. O sujeito já está nervoso, estressado. No meu Estado já não está chovendo, já está com seca, já não está colhendo. Nos esporte, tudo está dando tudo errado. Na política, idem.

E o Deputado Edinho Bez tem toda a razão do mundo! E para o Deputado Edinho Bez ainda está bom, porque na minha região o padre cobra é na hora da missa, não espera nem a missa acabar! O padre diz: *“Olhem, o Deputado está aí. Cobrem do Deputado, porque ele tem que fazer alguma coisa!”* E você não tem resposta, porque, quando você vai dialogar, acaba se perdendo. Há um clamor.

E não se trata de resolver somente o problema no trânsito. O Trânsito tem que falar com a Infraestrutura, com o Planejamento, com a Fazenda, com quem realmente faz o plano de logística brasileiro, para criar facilidade aos brasileiros, e não colocá-los na estrada, com seguros, senão não vamos resolver isso mais.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Agradeço ao Deputado Evair Vieira de Melo.

Concedo a palavra ao Sr. Elmer Coelho e ao Sr. Carlos Magno, para as considerações finais, rapidamente.

**O SR. ELMER COELHO VICENZI** - Sr. Presidente, eu fico muito feliz porque saímos daqui alinhados quanto aos objetivos e às necessidades do Sistema Nacional de Trânsito.

Gostaria de pontuar e deixar uma sugestão. O Ministro Bruno Araújo dá apoio e é preocupado com toda essa questão, com essa temática da segurança no trânsito. Eu sou testemunha dos seus encaminhamentos diários.

Quero deixar uma sugestão: visitar não só S.Exa., mas principalmente o Ministro do Planejamento, que é de onde sai essa questão do contingenciamento. Então, acho que uma visita dos membros desta Comissão ao MPOG será também muito efetiva para essa questão do DPVAT e do deslinde do recurso.



Quero agradecer a todos e ficar à inteira disposição, já antecipando que vamos fazer todos os encaminhamentos que nos foram solicitados, com as documentações devidas.

**O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA** - Também agradeço, Sr. Deputado. Assim como o Dr. Elmer falou, certamente o Dr. Bruno, nosso Ministro de Estado das Cidades, poderá recebê-los, mas o Ministro do Planejamento, o pessoal da parte orçamentária teria muito mais condições de nos responder questões do nosso contingenciamento, até porque não é só o DENATRAN, dentro da estrutura do Ministério das Cidades, que sofre com as questões do contingenciamento. Outros órgãos, outras entidades vinculadas ao Ministério também sofrem bastante. Nós participamos muito das discussões lá dentro e verificamos o quanto o orçamento é limitado para atender a todo mundo.

Agradeço à Comissão, agradeço a todos e nos colocamos à disposição para todos os encaminhamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Vicente) - Nós agradecemos, em nome de todos os Deputados e de toda a nossa equipe da CPI, a presença dos Diretores do DENATRAN.

Convidamos os colegas que puderem nos acompanhar, inclusive o Deputado Evair Vieira de Melo. Nós vamos à Presidência da Câmara agora, para conversar sobre este assunto.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária de CPI para amanhã, terça-feira, dia 30 de agosto, às 14h30min, com a presença dos responsáveis pela Operação Tempo de Despertar.

Lembro a V.Exas. que amanhã, às 10 horas da manhã, faremos uma reunião interna, apenas com a participação dos membros da CPI, do Delegado e dos Promotores da operação. Vamos fazer a reunião deliberativa amanhã, durante a reunião de audiência pública.

Obrigado a todos!

Está encerrada a reunião.